



Þ.

Página principal>Recorrer aos tribunais>Atlas Judiciário Europeu em matéria civil>**Divórcio e separação judicial** Div<mark>órcio e separação judicial</mark>

Alemanha

Artigo 7.º, n.os 2 a 4 – Requisitos formais aplicáveis aos acordos de escolha da lei aplicável

De acordo com a lei alemã (artigo 46 $^{\circ}$, n. $^{\circ}$ 1, alínea e) do EGBGB) um pacto atributivo de jurisdição, nos termos do artigo 7. $^{\circ}$, n. $^{\circ}$ 2 a n. $^{\circ}$ 4, do Regulamento (UE) n. $^{\circ}$ 1259/2010, tem que ser registado por ato notarial. O artigo 127. $^{\circ}$, alínea a) do Código Civil aplica-se mutatis mutandis.

Artigo 5.º, n.º 3 – Possibilidade de designar a lei aplicável durante o processo

De acordo com a lei alemã (artigo 46.º, n.º 2, alínea e) do EGBGB), os cônjuges podem escolher a lei aplicável, nos termos do artigo 5.º, n.º 3 do Regulamento (UE) n.º 1259/2010, até ao termo da audiência em primeira instância.

Última atualização: 14/02/2024

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.